

SISTEMAS ALIMENTARES URBANOS A PARTIR DE UM RECORTE FEMINISTA

APRESENTAÇÃO

De 19 a 21 de fevereiro, aconteceu o Diálogo Regional: “Perspectivas e desafios das mulheres em tempos de polícrises: do enfrentamento à transformação” (Regional Dialogue: From coping to transformation: Women’s perspectives on achieving food security in times of polycrises), na Cidade do Cabo na África do Sul, promovido pela TMG research, e que contou com contribuições de especialistas em sistemas alimentares com atuação no Brasil, em Capetown - África do Sul, Nairobi - Quênia, Cairo - Egito e Colombo - Sri Lanka.

O Instituto Comida do Amanhã, representado pela co-fundadora Mônica Guerra, foi convidado a contribuir com experiências do Brasil a partir do que tem sido aprendido e sistematizado das experiências das cidades do Laboratório Urbano de Políticas Alimentares - #LUPPA. Foram também convidadas a estar no diálogo a vice prefeita de #Sobral, Christiane Coelho e a sub-secretária de segurança alimentar e nutricional de #BeloHorizonte Darklane Rodrigues, que contribuíram para o debate com base na experiência de seus municípios e de sua jornada na agenda da política pública alimentar.

A intenção do Diálogo foi conectar diversas perspectivas do Sul Global, que por muitas vezes são sub-representadas nas discussões globais, e fazer com que sejam ouvidas e trazidas para o primeiro plano, mobilizando uma reflexão crítica no contexto de debates em curso na agenda internacional sobre sistemas alimentares, e enfatizando a necessidade de ações inclusivas que considerem os diversos contextos e partes interessadas na transformação do sistema alimentar global.

Nesse sentido, o diálogo teve como ponto de partida as realidades de cada território e experiências estudadas e/ou vividas pelas participantes, articuladas a partir do trabalho consolidado do programa de Futuros Urbanos Alimentares da TMG research, que vem aprofundando uma pesquisa com a sociedade na Cidade do Cabo - África do Sul - e em Nairobi - Quênia.

Os resultados do diálogo estão em processo de sistematização, e serão levados, ainda este ano, a dois espaços internacionais - em um primeiro momento, os principais tópicos de debate foram apresentados em painéis durante a 68ª comissão das Nações Unidas do Estado da Mulher (UNCSW), em Nova Iorque, que aconteceu entre os dias 11 e 24 de Março. Os resultados do diálogo serão agora consolidados e traduzidos em um opinion brief, a ser levado ao próximo encontro do conselho mundial de segurança alimentar e nutricional (CFS), em Roma, onde será discutida a publicação mais recente do HLPE (em fase de desenvolvimento) acerca de sistemas alimentares urbanos e periurbanos. O texto aqui apresentado tem como ponto de partida e como estrutura, [o primeiro documento síntese - info brief - elaborado a partir do diálogo regional, sistematizado pela TMG research no contexto do 68 encontro do UNCSW](#)¹ ao qual acrescenta uma costura feita a partir da experiência vivida na Cidade do Cabo ao longo dos três dias, junto elementos da síntese elaborada no último dia do encontro e discutida entre todas as pessoas participantes e com reflexões acerca do contexto brasileiro.

PALAVRAS CHAVE:

Sistemas alimentares, feminismo, mulheres, governança, gênero, capital social, cuidado.

¹TMG Research. A feminist perspective on urban food system transformation. Berlim, 2023. [TMG Key messages Urban Food Futures 240307 .pdf.](#)

CONTEXTO E JUSTIFICATIVA

Os desafios dos sistemas alimentares globais têm se tornado cada vez mais agudos, face ao conjunto de crises e conflitos em curso. Ainda no processo de recuperação da hecatombe provocada pela pandemia de Covid-19 e todas as suas implicações diretas e indiretas nos sistemas alimentares globais e no aumento da pobreza e da desigualdade, assistimos ao desenrolar de guerras com impactos de escala planetária. Ao mesmo tempo, o cenário de emergência climática tem tido impactos alarmantes, com aumento de eventos climáticos extremos e todas as consequências socioeconômicas deles advindas.

Perante esse panorama, os índices de insegurança alimentar e nutricional mundial cresceram desde 2015, momento em que os países membro das nações unidas acordaram em uma agenda que previa, entre 17 objetivos, o alcance de um mundo Fome Zero. Não logramos êxito. Se em 2015, a prevalência de subnutrição (POU) atingia aproximadamente 7,9% da população, em 2022 cerca de 9,2% da população mundial estava nessa situação.

E quando falamos de desnutrição, de insegurança alimentar e nutricional, tem uma realidade que segue sendo repetida - mulheres e meninas são as mais afetadas pela fome e insegurança alimentar. Em 2022, 27,8% das mulheres adultas sofriam de insegurança alimentar moderada ou grave, em comparação com 25,4% dos homens, e a proporção de mulheres que enfrentam insegurança alimentar grave era de 10,6%, em comparação com 9,5% dos homens (FAO, 2023)². Também no Brasil, lares chefiados por mulheres têm taxas mais elevadas de todas as formas de insegurança alimentar comparativamente aos lares chefiados por homens. Segundo dados da rede PENSSAN³, 64,1% dos lares chefiados por mulheres estavam em situação de insegurança alimentar, sendo 19,3% na sua forma mais grave (fome), ao passo que em lares chefiados por homens esses números descem para 53,6% e 11,9%, respectivamente.

Quando os dados são cruzados com indicadores de insegurança alimentar por cor, fica evidente a interseccionalidade das desigualdades no país e como as estruturas de opressão e violência têm raízes históricas sociais profundas e conectadas, a partir de duas dimensões estruturantes - gênero e raça/cor. No entanto, a análise das relações entre iniquidades estruturantes em gênero/raça evidencia que mesmo entre lares chefiados por pessoas negras, aqueles que a pessoa de referência é uma mulher, têm índices mais elevados em todas as formas de insegurança alimentar (IA grave entre lares com mulheres negras como pessoa de referência era de 22%, ao passo que entre lares com pessoa de referência homens negros atingia uma média de 14,3%). Ou seja, mulheres brancas têm mais incidência de insegurança alimentar do que homens brancos; mulheres negras têm índices de INSAN mais elevados que homens negros, e do que mulheres brancas. Em todos os cenários, gênero é um marcador social definitivo nos quadros de INSAN, e agravado a partir de correlação com as desigualdades de raça/cor e de geografia.

Um sistema alimentar que falha em garantir alimentação saudável e adequada a todos tem impactos acrescidos na vida de meninas e mulheres, as quais são ao mesmo tempo sobre quem, em momentos de crise e emergência, cai o fardo e a responsabilidade de garantir alimentação para seus filhos e a garantia dos serviços de cuidado nas suas famílias



Foto: Banco de imagens (Canva)

²FAO, IFAD, UNICEF, WFP, e WHO. The State of Food Security and Nutrition in the World 2023. Urbanization, Agrifood Systems Transformation and Healthy Diets across the Rural-Urban Continuum. The State of Food Security and Nutrition in the World. Rome, 2023. <https://doi.org/10.4060/cc3017en>.

³Rede PENSSAN. «Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil [livro eletrônico]». Insegurança alimentar e Covid-19 no Brasil. São Paulo: Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional - PENSSAN., 2022. <http://olheparaafome.com.br/>.

e comunidades. No entanto, a discussão acerca da transformação necessária dos sistemas alimentares falha em abordar com a atenção e rigor a realidade de mulheres e meninas, perpetuando situações de vulnerabilidade existentes. Da mesma forma, o debate sobre a transformação dos sistemas alimentares apenas recentemente passou a colocar ênfase na agenda urbana, abandonando uma visão produtivista e centrada na garantia de disponibilidade de alimentos dentro das estratégias alimentares. É a partir das cidades e com as cidades que a transformação dos sistemas alimentares pode acontecer, e cidades precisam ser repensadas e reimaginadas priorizando a agenda da segurança alimentar e nutricional. O diálogo realizado em Capetown partiu dessa premissa inicial - quais os mecanismos que mulheres implementam em seus territórios de forma a resistir e lidar com os múltiplos desafios inseridos na garantia do direito à alimentação, como essas estratégias podem ser reconhecidas, apoiadas, e escaladas em ações transformativas para territórios e contextos de vulnerabilidade e marginalização? Ao reconhecer que muitas iniciativas e estratégias são fundadas em processos e mecanismos informais, outra pergunta se fez presente permanentemente - como dialogar e reconhecer o papel central de sistemas informais de seguridade social e de cooperação, bem como de acesso à alimentação, na transformação de nossos sistemas alimentares?

A pergunta foi sendo colocada ao longo de três dias, e as respostas foram sendo trabalhadas de forma contínua e aberta, a partir das experiências diversas (e ao mesmo tempo, convergentes e complementares) oriundas de territórios no Sul Global.



RESULTADOS PRELIMINARES DO DIÁLOGO

Ao longo dos três dias de aprendizado e partilha profunda, em Capetown, num diálogo entre representantes de Sobral, Belo Horizonte, Cidade do Cabo, Cairo, Accra, Nairobi e Colombo, mergulhamos no debate sobre a agenda alimentar urbana a partir de uma abordagem feminista interseccional, e atenta às policrises que o Sul Global experiencia de forma aguda. Para um entendimento acerca do teor e dos resultados do encontro, vale uma conceituação justificativa inicial, seguida de um conjunto de 4 mensagens importantes que foram colhidas desse processo coletivo.

CONCEITUAR - POR QUÊ UMA PERSPETIVA FEMINISTA SOBRE A TRANSFORMAÇÃO DOS SISTEMAS ALIMENTARES URBANOS a interseccionalidade do debate feminista e de uma abordagem de gênero.

Partindo das evidências que ilustram o recorte de gênero nos indicadores de insegurança alimentar e nutricional, percebe-se que qualquer política ou ação que tenha como objetivo a resolução do flagelo da fome e a transformação mais ampla e integrada dos sistemas alimentares necessariamente deve considerar uma lente de análise e de intervenção que seja sensível aos desafios estruturais que condicionam as profundas desigualdades existentes.

Ao interrogar o porquê de serem mulheres as mais impactadas e com maior dificuldade de acessar uma alimentação saudável e nutritiva, ao olhar o sistema alimentar a partir de uma lente feminista, necessariamente teremos de dialogar com o conjunto de interseccionalidades e desigualdades subjacentes aos sistemas de produção e consumo vigentes. Temas como igualdade salarial, combate à violência de gênero, geração de emprego e renda e inclusão produtiva, acesso à educação e à saúde, são incontornáveis para que o direito à alimentação seja consagrado a todas as mulheres. O debate feminista sobre os sistemas alimentares permite uma abordagem que vai atravessar e ser atravessada por estruturas e processos invisíveis porém incontornáveis para uma transformação efetiva. Da mesma forma, uma abordagem feminista é necessária para que se reconheça o papel crucial que as mulheres, principalmente aquelas que residem em territórios urbanos marginalizados, desempenham quando múltiplas crises promovem disrupções nos sistemas alimentares - seja na produção, distribuição ou preparação de alimentos. Ainda, só a partir de uma perspectiva feminista será possível reconhecer e agir para que mulheres possam ocupar mais espaços de tomada de decisão em estruturas de governança e processos que têm impactos diretos em suas vidas.

Assim, uma perspectiva feminista sobre a agenda alimentar urbana necessariamente se cruza com uma análise acerca do caráter multidimensional dos impactos provocados pela insegurança alimentar e nutricional e das interseccionalidades de suas causas raiz - quando o direito humano à alimentação não é assegurado, atravessa as mulheres em diversas dimensões e o fato de atravessar principalmente as mulheres, se prende com o caráter interseccional que estrutura as desigualdades sociais existentes.

As principais mensagens, sistematizadas a partir do diálogo regional e do trabalho de síntese realizado pela equipe do programa Urban Food Futures da TMG research estão apresentadas a seguir.

1. O MUNDO DE POLICRISES - VISÍVEIS E INVISÍVEIS

O conjunto de crises globais (mudança climática, guerras e conflitos, pandemias e saúde pública; perda de biodiversidade e corrosão de ecossistemas; crise dos sistemas democráticos e tensão geopolítica, entre outras) têm resultados visíveis e de impacto global. No entanto, para além do que se vê do impacto das policrises, existem uma série de impactos absolutamente localizados, e que afetam primeiramente e de forma desproporcional aqueles que estão em condições de vulnerabilidade, mantendo as pessoas em situação de pobreza e insegurança (ou agravando-a).

Dois temas começam a emergir dessa invisibilidade - a insegurança alimentar e nutricional dessas populações, aliada a um aumento na violência de gênero e casos de feminicídio (Paganini & Weigelt, 2023; UN Women, 2021). A violência de gênero é agravada pela insegurança alimentar e nutricional, que tem como origem o conjunto de policrises globais aliada ao entrelaçamento de desigualdades sociais históricas em sistemas fundados em processos colonizadores, patriarcais e racistas. Na cidade de Capetown, cozinhas solidárias foram iniciadas como forma de manter alguma estabilidade nas estruturas existentes, ainda que de forma frágil, durante a pandemia de covid-19. Nelas, mulheres podiam cozinhar e exercer seu papel social estabelecido de cuidadoras e provedoras de comida, ainda que os homens, num cenário de crescente desemprego e agravamento da pobreza, não desempenhassem mais o papel de provedores de alimentos e de recursos financeiros. Essas estruturas foram uma forma encontrada pelas mulheres para buscarem mitigar os impactos que as policrises trouxeram para a garantia de alimentação para as suas famílias e o aumento da violência de gênero.

As policrises têm uma série de impactos locais e invisibilizados, e a partir de uma lente feminista, algumas dessas invisibilidades localizadas (e violentas) podem ser escrutinadas, já que é sobre as mulheres que sobrecarregam maioritariamente a responsabilidade final do cuidado (Oxfam, 2023⁵; Ferrant et al., 2014⁶). As crises são multifacetadas, e produzem transformações com base em fatores como gênero, raça, classe e geografia, e perceber as experiências vividas pelas mulheres em diversos recortes sociais e territoriais abre caminho para que a invisibilidade das crises possa aparecer.

⁴UN-Women (2021). Measuring the shadow pandemic. Violence against women during COVID-19. <https://data.unwomen.org/sites/default/files/documents/Publications/Measuring-shadow-pandemic.pdf>

⁵Oxfam (2023). Feminist Scorecard 2023. FEMINIST ACTION IN A WORLD OF CRISES. Oxfam Canada

⁶Ferrant, G., Pesando, L. M., & Nowacka, K. (2014). *Unpaid care work: The missing link in the analysis of gender gaps in labour outcomes*. Issues Paper. OECD Development Centre. https://www.oecd.org/dev/development-gender/Unpaid_care_work.pdf

2. ... COMO TORNAR O INVISÍVEL, VISTO? - A INVISIBILIDADE QUE DEVE SER VISTA - COMO CRIAR UM AMBIENTE FAVORÁVEL?

Se o trabalho de cuidado realizado pelas mulheres permanece invisível quando acontece dentro de seus ambientes familiares, quando mulheres se organizam em estruturas

informais de cuidado e promovem processos de cuidado em suas comunidades - seja na alimentação, cuidado com os mais idosos, educação, limpeza, etc - essas atividades começam a ganhar alguma visibilidade pública. O capital social investido nessas atividades e na organização de estruturas locais que atendam as necessidades das comunidades é reconhecido como sendo fundamental para coesão social e para permitir que as necessidades de reprodução social e de garantia de bem estar social sejam atendidas sem disrupção das estruturas de produção capitalista. O Fórum Econômico Mundial identificou a corrosão da coesão social como um dos maiores riscos globais no curto e médio prazo, denotando o papel fundamental que as estruturas coletivas de cuidado têm na estabilidade das economias e no bem estar da população. No entanto, o mesmo documento demonstra como a capacidade de preparação e mitigação de impactos dessa corrosão tem sido muito limitada e ineficiente (WEF, 2023).⁷

Se por um lado é reconhecida a importância das estruturas de coesão social e o papel do cuidado, falta uma governança capaz de apoiar esses processos e estruturas, como identificar, reconhecer e fortalecer os esquemas locais que têm se demonstrado capazes de mitigar efeitos nefastos do conjunto de polícrises em territórios marginalizados. No entanto, para uma governança que apoie essas estruturas, precisa existir antes de mais, uma capacidade de ver os fenômenos e perceber suas dinâmicas e desafios. A tensão entre visibilidade/invisibilidade é permanente - são os invisíveis que devem encontrar caminhos de se fazerem vistos ou são as estruturas existentes e instituições governamentais que devem encontrar formas de ver os que não são vistos nas suas políticas? Que linguagens são usadas nos documentos políticos, nos espaços de tomada de decisão, nos documentos técnicos? Que mecanismos de escuta e participação estão instalados e de que forma são capazes de dialogar com os territórios e as ações neles inscritas? E como não cair na armadilha de vangloriar a resiliência dos que carregam o cuidado do mundo nas costas, em vez de efetivamente transferir essa responsabilidade para o estado, deste criar espaço, linguagem, processos capazes de ouvir e entender para apoiar e cuidar de quem cuida?

A linguagem política e técnica muitas vezes pereniza e acentua a exclusão dos sujeitos mais diretamente afetados pelas múltiplas crises. Para uma ação efetiva, os espaços de tomada de decisão deverão ser cada vez mais inclusivos e deverá ser criado um ambiente que facilite que as vozes mais silenciadas sejam ouvidas. E isso implica em uma mudança e um cuidado com cada etapa dos processos e de desenho dos espaços de escuta e diálogo - desde traduções, formações, aproximações, até a institucionalização de ambientes de amplo diálogo e tomada de decisão compartilhada. E nesse lugar, a pesquisa tem um papel fundamental. Universidades, instituições de pesquisa, devem ampliar pesquisas acerca das experiências vividas pelos sujeitos, fazer uso de metodologias que sejam capazes de ler as histórias por trás dos números, produzir evidências a partir do local e criar pontes para que o diálogo entre o poder público e as comunidades seja mais possível.

⁷ WEF (2023). Global Risks Report. https://www3.weforum.org/docs/WEF_Global_Risks_Report_2023.pdf

3. COMO TRADUZIR AS ESTRATÉGIAS INVISÍVEIS EM TRANSFORMAÇÕES VISÍVEIS? - VER, RECONHECER E PROMOVER À TRANSFORMAÇÃO - O PAPEL CENTRAL DA GOVERNANÇA

O capital social e as redes de articulação local servem muitas vezes como elemento conector entre os sujeitos no sentido de produzir uma resistência às múltiplas crises e de

prevenir o colapso individual. Esse capital social é valioso na estruturação das comunidades e é evidência da necessidade de uma cidade que tenha suas políticas orientadas ao cuidado. No entanto, para que as tecnologias sociais informais e coletivizadas sejam escaláveis e possam orientar políticas sensíveis ao contexto, essas experiências precisam encontrar estruturas responsivas nos governos e em sua capacidade de responder às crises. É papel do estado prover cuidado a quem mais precisa, e na ausência de mecanismos de apoio, às iniciativas de alto impacto local terão imensas dificuldades em escalar e replicar em outros territórios.

Como mudança estrutural, será necessário fomentar cada vez mais espaços e serviços que conectem os governos e os cidadãos, e que permitam uma compreensão mútua de suas possibilidades e limitações - de recursos, de capacidades, de prioridades. Sem uma atenção orientada a diminuir o abismo entre o que acontece na ponta, na invisibilidade dos territórios e nas instâncias de tomada de decisão pública, a transformação dos sistemas alimentares fica ameaçada. Garantir espaço de agência para os sujeitos nos aspectos decisórios - uma governança inclusiva - e desenhar programas e políticas que tenham a porosidade e flexibilidade capaz de acolher as dinâmicas e processos (na maioria das vezes, informais) em curso nos territórios, são dois caminhos de intervenção importantes.

O ponto de alavancagem não está em sobrecarregar as comunidades numa expectativa de escalabilidade de soluções locais a partir de seus próprios recursos, mas de re-atribuir a responsabilidade aos governos de escalarem essas soluções e torná-las acessíveis em outros territórios e de facilitar o seu pleno desenvolvimento e ampliação de seus impactos. Um de vários exemplos de ação governamental atenta às dinâmicas locais é a publicação do [Programa Nacional de Cozinhas Solidárias](#), como resposta do governo brasileiro a um movimento que surgiu a partir da sociedade civil de organização de espaços de distribuição gratuita de refeições à população mais vulnerabilizada durante a pandemia de covid-19. O governo aposta em uma estratégia de apoiar com recursos a continuidade e aprimoramento do trabalho já existente, e de incluir as cozinhas solidárias como beneficiárias em outros programas existentes como é o caso do [Programa de Aquisição de Alimentos](#), fomentando assim um impacto mais sistêmico e de longo prazo dessas cozinhas.



4. COMO COLOCAR UMALENTE FEMINISTA E SENSÍVEL À COMIDA (FOOD SENSITIVE LENS) NOS PROCESSOS DE PLANEJAMENTO DE NOSSAS CIDADES? Por uma cidade do cuidado

As interseccionalidades e estruturas de opressão que (des)organizam os nossos sistemas alimentares e os impactos desiguais das polícrises na alimentação urbana não são centrais no pensamento ou no planejamento de nossas cidades. Pessoas e processos em curso, emergentes a partir de contextos diversos de opressão e desafios locais, são na maioria das vezes ausentes e invisíveis aos processos de diagnóstico. Existe uma grande dificuldade de compreender e aferir acerca de estruturas e dinâmicas informais presentes nos territórios, ainda que estas sejam muitas vezes responsáveis por cuidar e trazer dignidade para os sujeitos. Reconhecer que a "cidade do cuidado" mora muitas vezes nas estruturas informais, sob grande liderança das mulheres, das pessoas racializadas, dos que se encontram em situação de maior vulnerabilidade socioeconômica é um primeiro passo e deve constar nos processos de planejamento e pensamento acerca do futuro de nossas cidades. Mas, o que significaria de fato uma cidade que cuida das pessoas? Que políticas, espaços, governança, precisam estar em curso para que o direito à alimentação, à cidade, à plena cidadania, sejam uma realidade?

Uma abordagem centrada no cuidado exige uma ampliação das vozes dos que vivem nas margens, e que convivem com um contexto crescente de exclusão, fome e violência. Esses sujeitos, seus desafios e soluções implementadas, deverão ser deslocadas de um lugar periférico ao pensamento urbano e ocupar lugar central no debate e na tomada de decisão sobre o futuro e a transformação desejada para as cidades. Fome, violência, pobreza, segregação, exclusão estão intimamente conectadas, se articulam com diversas dimensões urbanas como o direito à moradia, à infraestrutura e mobilidade, saneamento básico, direito ao tempo e ao lazer. Para a conquista de uma cidade onde a cidadania pode ser exercida de forma plena, com a garantia de direitos, deve ser colocado o direito à alimentação como orientador de políticas. Esse é um direito que atravessa as diversas dimensões urbanas e é por elas afetado, ao mesmo tempo que, quando não realizado, evidencia as interseccionalidades de desigualdade e opressão em curso em nossas cidades. Uma abordagem feminista e sensível à alimentação poderá ajudar o desenvolvimento de planejamento urbano cada vez mais sensível à multidimensionalidade dos fenômenos sociais e capaz de produzir transformações significativas. Coloca-se a pergunta - uma cidade onde todas as mulheres e meninas tenham garantido o pleno direito à alimentação e estejam livres de violência de gênero, será indicador de que as interseccionalidades inseridas nas desigualdades e injustiças sociais estarão aí suplantadas?

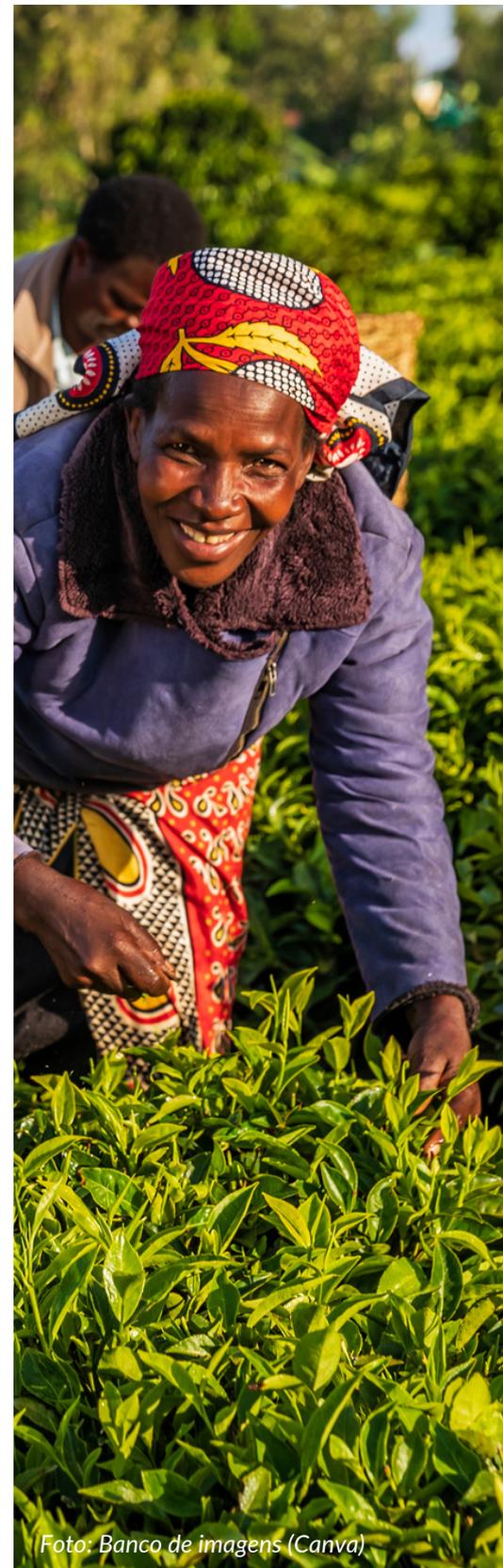


Foto: Banco de imagens (Canva)



FECHAMENTO - COMPARTILHAR PARA RECONHECER, REFLETIR E AVANÇAR

Olhar o sistema alimentar urbano, a partir do recorte de gênero e de uma abordagem centrada no cuidado, a partir de experiências e realidades diversas no Sul Global, em três continentes e seis países diferentes, foi uma experiência transformadora, uma oportunidade ímpar de aprofundar a reflexão e a mobilização de perguntas radicais acerca de estruturas que atravessam qualquer processo de transição para sistemas mais saudáveis para as pessoas e o planeta. Percebemos que temos muito a aprender com o contexto africano e asiático, muito o que contribuir a partir do que as cidades brasileiras têm realizado e um caminho longo pela frente para colocar essa agenda tão fundamental de forma inequívoca nos processos de tomada de decisão e de produção de conhecimento sobre sistemas alimentares. Um pouco do que trouxemos na mala, e que levamos para nosso trabalho, com mais ênfase e atenção:

- Compartilhar o que municípios brasileiros vêm realizando e reconhecer a importância e o exemplo que a estrutura de governança do [Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional](#) e dos diversos programas de segurança alimentar e nutricional e combate à fome foi marcante ao longo dessa jornada. Mas é sempre importante lembrar que tudo o que foi conquistado foi fruto de uma movimentação social e de uma oportunidade política ímpar, e que deve ser sempre cuidado, melhorado, fortalecido. Que não existe uma bala de prata e que estruturas sistêmicas são resultado de múltiplas vozes, visões e negociações permanentes;
- Perceber que iniciativas isoladas são extremamente valiosas e devem ser celebradas, mas que a transformação efetivamente acontece quando a ação é coordenada e encontra ambiente favorável para que seja sistematizada, ampliada, escalada. E que para isso, o papel da governança é fundamental, mas que deve vir aliado a um exercício de renovação de metodologias e mecanismos de diagnóstico e de compreensão acerca das dinâmicas locais e das experiências de vida dos sujeitos.
- Lembrar que ações locais, de movimentos ativistas, têm muitas vezes sobrecargas exasperantes e uma escassez de recursos para lidar com o conjunto de crises em curso, e que devem ser acolhidas como vozes coletivas, e incorporadas na formulação de políticas públicas a partir de suas experiências.
- Reforçar sempre que o direito à alimentação atravessa uma série de outros direitos e é atravessado por uma série de outros desafios, e que as cidades são locus para esse debate.

Aprendemos a colocar as lentes do feminismo para olhar para os desafios que já conhecemos, aceitamos o convite para essa produção de pensamento e de narrativa a partir de um olhar compartilhado - afinal, durante os três dias, éramos um grupo formado na sua (quase) totalidade de mulheres. Entendemos como um olhar a partir do recorte de gênero, como ponto de partida, pode abrir lugares escuros e escondidos, mas tão importantes na malha complexa de desafios e de soluções para a garantia do direito humano à alimentação - para todas e todos.

Percebemos como o Sul Global carrega em si uma grande diversidade - de desafios e de soluções. O Brasil foi percebido pelos pares enquanto referência de país que tem a agenda alimentar e de combate à fome com uma estruturação sistêmica e multinível. O controle social como central no desenho do [SISAN](#), o desenho de políticas integradas (enfoque para o caso do [PNAE](#)), a existência de um rol de soluções implementadas localmente, demonstrou como os municípios são centrais na transformação dos sistemas alimentares.

Saímos de [#capetown](#) cientes de que temos muito a fazer, que devemos celebrar as conquistas, e principalmente que o diálogo Sul-Sul é essencial para alavancar soluções decolonizadoras e que tenham a coragem de fazer as perguntas mais difíceis.

Agradecemos à [TMG Research](#) pelo convite e permanecemos comprometidas com a agenda e dispostas a colaborar mais nesse diálogo.

SOBRE O INSTITUTO COMIDA DO AMANHÃ

O Instituto Comida do Amanhã é um think-tank sem fins lucrativos, institucionalmente independente e apartidário, que apoia a transição para sistemas alimentares saudáveis e sustentáveis, inclusivos e empoderadores, biodiversos e culturalmente integrados. A partir de uma visão sistêmica da alimentação e contando com uma grande rede de parceiros, atua de forma interdisciplinar e intersetorial para conscientizar e impactar indivíduos, instituições e tomadores de decisão, com dois objetivos específicos e interdependentes:

- promover uma mudança de comportamento e entendimento sobre a comida e seus impactos;
- advogar por políticas públicas centradas no direito à alimentação adequada.

CRÉDITOS

REDAÇÃO

Mônica Guerra Rocha

COMUNICAÇÃO E DIAGRAMAÇÃO

Emile Gomes
Gustavo Tavares
Andressa Algave

REVISÃO

Emile Gomes
Juliana Tângari
Roberta Curan

INSTITUTO COMIDA DO AMANHÃ

Francine Xavier	João Pedro Leôncio
Juliana Tângari	Lucas Mignot
Mônica Guerra Rocha	Lucas Sousa
Andrea Polistchuck	Maria Eduarda Lemos
Andressa Algave	Roberta Curan
Emile Gomes	Tárzia Medeiros
Flávia Brito	Thais Barreto
Gustavo Tavares	Thalita Viana

comidadoamanha.org | info@comidadoamanha.org